

O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA NA TURBOGLOBALIZAÇÃO

Lucas Antônio Nogueira Rodrigues & João Pedro Braga de Carvalho***

Vivemos um retorno ao geopolítico. O cenário internacional e os recentes acontecimentos nos mostraram que mudanças impactantes aconteceram na ordem mundial desde a Pandemia do Covid-19 — ou não foi a Pandemia a grande consequência da mudança? Nesta dita *turboglobalização* — um significativo aumento de intensidade e velocidade das interinfluências globais —, as relações entre países, blocos, corporações e, até mesmo, cidadãos têm se transformado de modo acelerado. Para além de juízos de valor, são inúmeras as áreas afetadas: saúde, educação, segurança, meio ambiente, tecnologia, telecomunicação e, sobretudo, a dimensão *cultural*. Entre o choque e a conciliação, a chamada dialética civilizacional, isto é, o enfrentamento recíproco entre diferentes civilizações é inevitável e nos fornece importantes chaves para o futuro.

Diante deste cenário, a Revista de Ciências do Estado construiu este volume em parceria com o Centro de Excelência Jean Monnet da Universidade Federal de Minas Gerais, o qual faz parte do programa da Comissão Europeia (Erasmus+) e tem como objetivo fomentar projetos de disseminação, discussão e diálogo, bem como atuar na formação de pesquisadores e incentivar a realização de pesquisas e estudos sobre distintos aspectos da União Europeia. Seu núcleo temático é o WISDOM (World's impact of sustainability: the domain of the model of European Union and the relation with Mercosul), ou seja, o estudo do impacto mundial da sustentabilidade a partir das relações entre Mercosul e União Europeia. As ideias do CEJM-UFGM encontraram-se em perfeita sintonia com as da REVICE e por isso nos dedicamos a incentivar os estudos internacionais a partir do Brasil e da União Europeia e discussões variadas que orientam e direcionam as ações, almejando a pluralidade de visões.

Assim, o dossiê do Volume 8, Número 2 buscou incentivar ainda mais a produção do conhecimento dos estudos internacionais com o tema *Estudos Internacionais: da União Europeia para o mundo*. Para onde esse acelerado processo de globalização tem nos levado? E como nos preparar para o futuro? É o que o Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, da

* Editor-chefe da Revista de Ciências do Estado. Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFGM, Brasil.

** Editor-chefe adjunto da Revista de Ciências do Estado. Bacharel em Ciências do Estado. Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFGM, Brasil e em Filosofia, com bolsa, pela Universitat de Barcelona – UB, Espanha.

Universidade de Lisboa (Portugal), nos ajuda a compreender em nossa entrevista. Aproveitamos a vinda do Professor ao Brasil para pensar os desafios contemporâneos e as relações entre o Brasil, a União Europeia e o mundo.

Neste segundo número do oitavo volume da Revista de Ciências do Estado publicamos 06 manuscritos no dossiê; 11 artigos; 1 resenha; 1 entrevista e 1 memória histórica.

Abre o Dossiê o trabalho do Professor Doutor Pedro de Oliveira Alves e dos acadêmicos João Guilherme Amorim Rodrigues de Lira e Kamilly Cristiane Ferreira Ribeiro Batista intitulado *Erosão da democracia em face dos novos imperialismos* que busca analisar a categoria dos novos imperialismos, a partir da observação de práticas presentes no século XXI, buscando compreender como a noção de soberania dos povos pode ser ameaçada, contribuindo para a não concretização da democracia nos termos discutidos por Hans Kelsen e Norberto Bobbio. Usando China, Rússia e Estados Unidos como exemplo, é tratado no texto como manifestações políticas desses países podem afetar a autoafirmação dos Estados Nacionais. Na sequência, em *A gestão dos fluxos migratórios pelo mar e o uso de medidas de externalização de fronteiras: o caso S.S. e Outros contra Itália e a possibilidade de ampliação do conceito de jurisdição*, Gabriel Braga Guimarães e a Profa. Dra. Ana Carolina Barbosa Pereira Matos analisam a legalidade da política de externalização de fronteiras à luz das normas internacionais e europeias, investigando o impacto do caso S.S. e Outros contra Itália na forma como os Estados que aplicam medidas de externalização de fronteiras são responsabilizados. Já em *Caminhos da União Europeia*, Lucas Bruno Amaral Mendes discute a União Europeia nos moldes que conhecemos hoje e suas diferentes fases e evoluções. O autor divide o projeto europeu em três principais perspectivas: Europa dos Estados, Europa dos cidadãos e Europa das repartições e a partir dessas compreensões, são emergidas três esferas europeias: externa, interna e intermediária nas quais o autor busca inferir que a integração europeia, deve compreender sua realidade política. Sendo assim, o trabalho busca evidenciar que a luta pela efetivação dos direitos fundamentais e a realização do ideal de Estado de Direito devem ser o sustentáculo da construção europeia. Em seguida, Frederico Oliveira Silva e o Prof. Dr. Saulo Pinto Coelho exploram a aplicação do conceito de governança multinível para analisar o exercício de poder em territórios, indo além das teorias do Estado-nação, no texto *A semântica jurídica transnacional e (con)federada do sistema multinível da União Europeia*. A pesquisa sugere que a forma (con)federada de Estado adapta o direito público interno ao contexto globalizado, unindo interesses

divergentes. O estudo de caso destaca a União Europeia, que utiliza uma organização (con)federada para harmonizar poderes de diferentes fontes. A contribuição reside na discussão jurídica zetética sobre sistemas multiníveis, especialmente no contexto do Estado (con)federado, exemplificado pela União Europeia, sem buscar uma definição dogmática específica de sistema multinível. Na sequência, em *Impactos extraterritoriais do Regulamento (EU) 2023/1115: a proibição da comercialização de matérias primas e produtos associados ao desmatamento e à degradação florestal*, a Profa. Dra. Aline Beltrame de Moura, Carla Lerin e Betina Machado Santos refletem sobre o Novo Regulamento (UE) 2023/1115 que dispõe a respeito da disponibilização no mercado da UE e à exportação para fora da União de determinados produtos primários e/ou derivados associados à desflorestação. As autoras buscaram analisar o Efeito de Bruxelas da nova normativa europeia e como este efeito impactará no mercado, na legislação e na economia brasileira. Por fim, encerrando o dossiê, em *O desenvolvimento sustentável nas licitações do Brasil e da União Europeia*, Bruno Fontenelle busca analisar a Lei brasileira nº 14.133/2021 e a Diretiva da União Europeia UE/2014/24, comparando-as no que diz respeito ao tema do desenvolvimento sustentável no que tange os critérios de julgamento em procedimentos licitatórios, conforme a Agenda 2030.

Na seção de artigos de temáticas livres, Danilo Sardinha Marcolino, a partir da pergunta-problema: “é possível falar numa ruptura com o modelo de Montesquieu nas experiências do Novo Constitucionalismo Latino-Americano?”, propõe uma análise crítica da teoria criada por Paolo Sandro, em reação à teoria moderna da separação de poderes, desenvolvida por Montesquieu. Já em *A ideologia no discurso dos governantes*, Bruna Hamerski, Geovane Manoel Teixeira e o Prof. Dr. Daniel Moraes Pinheiro investigam como as ideologias estão presentes no discurso dos governantes brasileiros do executivo federal a partir de uma análise documental dos planos de governo dos candidatos à presidência mais votados em 2018, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. Na sequência, em trabalho intitulado *Autorregulação profissional e controle: novos sentidos pela perspectiva da Administração Pública contemporânea*, Fernanda Fontenelle Grillo aborda a autorregulação profissional no Brasil, manifestada através dos Conselhos de Fiscalização Profissional, para avaliar a necessidade de controle interno pelo Poder Executivo Federal e explora o pluricentrismo e hibridismo na Administração Pública do século XXI, destacando a necessidade de superar princípios do Estado Liberal. A seguir, João Pedro Monteiro examina o chamado “populismo de esquerda” e em seguida aborda o cenário nacional, colocando à prova a perspectiva de

Chantal Mouffe e retomando eventos políticos que culminaram na atual crise política brasileira e na chegada de Jair Bolsonaro ao poder em seu artigo *Conformismo, crise e populismo: o colapso da democracia contemporânea sob a perspectiva de Chantal Mouffe*. Já em *Direito à tolerância, ao meio ambiente de trabalho adequado e a restrições ao discurso de ódio como difamação de grupo*, Martin Magnus Petin problematiza a tese estadunidense que vem sendo recepcionada pela jurisprudência trabalhista do Brasil de que o discurso de ódio estaria abarcado pela liberdade de expressão. A partir dos argumentos de Jeremy Waldron, o artigo busca defender a hipótese de que a tolerância é um direito difuso integrante do que se chama na doutrina justralhista de “direito a um meio ambiente de trabalho adequado”, visto que a tolerância assegura as condições para o exercício da autonomia que acompanha o status moral da dignidade. Na sequência, Nathalia Magalhães de Matos e Guilherme Augusto de Castro Machado, em *Análise da desapropriação indireta à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, dedicam-se a entender a desapropriação indireta à luz dos direitos individuais previstos na CRFB passando pelos estudos do direito de propriedade e as intervenções estatais nas propriedades privadas. Seguidamente, Ana Vitória Tannús Bernardes e Paulo Afonso de Ávila Carvalho Filho, em seu trabalho *Neoliberalismo e a hegemonia dos afetos: política, identidade e o limiar democrático*, argumentam que o triunfo do neoliberalismo se dá a partir do momento em que se estabelece enquanto projeto hegemônico no ocidente que canaliza as paixões políticas e sociais para o consumo. Já em *O bem comum como espinha dorsal d’As Leis de Platão*, Gustavo Lívio investiga como Platão utiliza o bem comum como a finalidade primordial das leis na pólis, analisando a relação teleológica no diálogo *As Leis*. A seguir, Renato Victor Lira-Brito e Estevão Luiz de Lacerda Albuquerque Melo estudam a obra *Foreign Policy Analysis: a Toolbox* de autoria dos professores Jean-Frederic Morin e Jonathan Paquin na resenha intitulada *Análise de Política Externa: ferramentas didáticas e exemplos históricos*. Em *A democracia digital como instrumento de fiscalização da representação política*, José Bruno Martins Leão revisa a concepção de democracia, destacando as formas diretas e indiretas de exercício do regime político e analisa os conceitos de cidadania e democracia digital enfatizando sua relação com o avanço da tecnologia da informação e comunicação. Já a Profa. Dra. Karine Salgado e Gabriel Afonso Campos em *Educação, tecnologia e direitos humanos* buscam compreender como a tecnologia pode contribuir tanto para um avanço na educação quanto na atuação dos indivíduos como promotores de direitos humanos. E, por último, Gabriel Rodrigues Carrijo, em *Responsabilidade e legitimidade:*

uma leitura sobre a politicidade das decisões judiciais, busca demonstrar a impossibilidade de escapar da realização de juízos políticos por parte dos juízes quando estes decidem casos controversos, compreender se tais decisões são compatíveis com um sistema democrático e entender qual é a responsabilidade política que os tribunais e seus julgadores têm dentro de um Estado democrático.

Na entrevista *Da União Europeia para o mundo* com o Prof. Dr. Nuno Cunha Rodrigues o palco europeu é tomado como um ponto de referência a partir do qual se pretende pensar, avaliar e problematizar as tendências políticas, econômicas e culturais do mundo contemporâneo.

Por fim, por uma iniciativa de Lucas Antônio Nogueira Rodrigues, publicamos a Memória Histórica *Carta aos pesquisadores do futuro*. Carta lida no encerramento do II Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado no dia 15 de junho de 2023 e elaborada pela Comissão Organizadora do II EIREVICE, composta por: João Pedro Braga de Carvalho; Gabriel Niquini Mota; Hellen Luiz Balbino Oliveira; Lorena Trindade Santos; Luiz Eduardo Souza Silva; Nathália Magalhães de Matos; Nikolas Mendes Salvador; Pedro Luiz de Jesus Beletabla Bravo; Pedro Luiz Rodrigues Barreto e Theo Augusto Apolinário Moreira Fonseca. Um agradecimento especial é feito a Pedro Luiz Rodrigues Barreto pela redação final da Carta.

A Equipe Editorial da Revista de Ciências do Estado agradece intensamente às autoras e aos autores que construíram esse número por terem confiado em nosso trabalho, aos avaliadores e às avaliadoras pela parceria na construção desse volume e a todos aqueles e todas aquelas que direta ou indiretamente fizeram com que esse dossiê fosse possível. Especialmente agradecemos ao Centro de Excelência Jeans Monnet da UFMG pela parceria e pela oportunidade de construir em conjunto um volume de tamanha excelência.

Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

